

PROCESSO Nº: 23.948.992-3

INTERESSADO: DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF/CEDEC.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº E00001/2025 - DAF

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, conforme preceitua o Decreto Estadual nº 10.086/2022, de 17 de janeiro de 2022, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que “Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, a aquisição e incorporação de bens ao patrimônio público estadual, os procedimentos para intervenção estatal na propriedade privada e dá outras providências.

Art. 15. Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base aos projetos a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

§1º O estudo técnico preliminar a que se refere o caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica socioeconômica, sociocultural e ambiental da contratação, abordando todas as questões técnicas, mercadológicas e de gestão da contratação, e conterá os seguintes elementos:

1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

A sessão orçamentária e financeira desta Coordenadoria Estadual da Defesa Civil está em processo de aprimoramento das atividades realizadas, a fim de otimizar os recursos disponíveis e tornar o serviço mais eficiente. As melhorias

Palácio das Araucárias - 1º andar - Setor C | Centro Cívico | Curitiba / PR | CEP 80.530-915
E-mail defesacivil@defesacivil.pr.gov.br | Fone 41 3281-2500

“Defesa Civil somos todos nós”

realizadas já contribuíram para um bom desempenho e andamento do setor, mas é necessária uma constante atualização.

Com uma política pautada na busca constante de aprendizado o workshop proporcionará a capacitação e o aperfeiçoamento, bem como uma abordagem atualizada de temas extremamente relevantes e imprescindíveis para o bom andamento das atividades.

2. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual

A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil elaborou e publicou o Plano Anual de Contratações para o ano de 2025, e o encaminhou para a Secretaria de Planejamento – SEPL/PR, o qual pode ser consultado através do link https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-07/1400_-_cedec_pca_2025.pdf número de ordem 273.

III - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO;

A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil necessita da contratação de 02 (duas) participações no II Workshop Contábil, com o objetivo de atualizar os conhecimentos técnicos e específicos para o desenvolvimento das atividades na sessão orçamentária e financeira, capacitando-os e fomentando a expertise através do desenvolvimento e atualização das habilidades intelectuais e práticas.

3. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis para a contratação, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

Ciente de que o serviço de treinamento é intelectual, a solução viável para contratação do evento é por meio de inexigibilidade de licitação, pois este tipo de contratação não é passível de definição, comparação e julgamento objetivo. Assim, a Administração deve contratar aquele que melhor atende à sua necessidade, o que, neste caso, se mostra o mais vantajoso no quesito financeiro, dispensando-se a pesquisa de preços.

Ainda é relevante informar que o inciso XVIII, alínea “f” do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 2021, define como serviços técnicos de natureza predominantemente

Palácio das Araucárias - 1º andar - Setor C | Centro Cívico | Curitiba / PR | CEP 80.530-915
E-mail defesacivil@defesacivil.pr.gov.br | Fone 41 3281-2500

“Defesa Civil somos todos nós”

intelectual aqueles realizados em trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoas.

4. Estimativa do valor da contratação

A contratação terá o valor máximo total de R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais), conforme proposta apresentada pela empresa Priori – Treinamento e Aperfeiçoamento LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 21.000.322/0001-00.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	DESCONTO	VALOR TOTAL
1	II WORKSHOP CONTÁBIL	2	R\$ 5.250,00	R\$ 100,00	R\$ 10.400,00

5. Descrição da solução

A descrição da solução, como um todo, abrange a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de acordo com o artigo 74, III, "f" da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 154 e 155 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, da empresa Priori – Treinamento e Aperfeiçoamento LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 21.000.322/0001-00, para o fornecimento do II Workshop Contábil.

O II Workshop Contábil tem por objetivo reciclar, aperfeiçoar, aprofundar e gerar conhecimentos de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e em outros assuntos afins, típicos da Administração Pública, por meio da reunião de pessoas interessadas em tais assuntos para aperfeiçoar técnicas e conhecimentos por meio da explicação de palestrantes, de atividades práticas e troca de experiências em um ambiente colaborativo e participativo.

Carga horária: 40 (quarenta) horas.

Público alvo: Servidores e funcionários públicos que atuam nas áreas de contabilidade, planejamento, orçamento, tesouraria, controle interno, execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; também gestores públicos federais, estaduais e municipais inseridos na prática técnico-financeira dos recursos públicos, **Palácio das Araucárias - 1º andar - Setor C | Centro Cívico | Curitiba / PR | CEP 80.530-915**
E-mail defesacivil@defesacivil.pr.gov.br | Fone 41 3281-2500

“Defesa Civil somos todos nós”

e ainda profissionais que desempenham atividades de acompanhamento e controle dos processos de execução orçamentárias e outros que trabalham com informações orçamentárias, contábeis e financeiras. Auditores internos das entidades da administração indireta e Auditores governamentais de controle externo e demais interessados, bem como secretários de governo, e entusiastas da contabilidade aplicada ao setor público.

Pré-requisitos para participar do curso: Todos os participantes do curso deverão possuir os critérios abaixo sugeridos:

- a) estar em efetivo exercício na Coordenadoria Estadual da Defesa Civil;
- b) demonstrar correlação direta entre a atividade desempenhada/atribuições e o conteúdo programático do evento; e
- c) ser designado pelo Coordenador Estadual da Defesa Civil para participação no evento.

Detalhamento do programa a ser seguido no evento:

Contabilidade Orçamentária: registro dos atos e fatos da Despesa Pública

- Despesa Orçamentária: Fixação, Créditos Adicionais e Alterações Orçamentárias;
- Pré-Empenho, Empenho, Em Liquidação e Liquidação.

Governança do orçamento público com base em gestão de riscos

- Introdução ao Orçamento Público: Funções do orçamento público; Princípios orçamentários; Fundamentos do Plano Plurianual (PPA); Conteúdo do Plano Plurianual; Inventário de Programas;
- Leis Orçamentárias: Fundamentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Conteúdo do Projeto de Lei. 5) Fundamentos da Lei Orçamentária Anual (LOA): Classificação Orçamentárias da Receita; Classificação Orçamentária da Despesa. 6) Integração das Leis Orçamentárias;

Palácio das Araucárias - 1º andar - Setor C | Centro Cívico | Curitiba / PR | CEP 80.530-915
E-mail defesacivil@defesacivil.pr.gov.br | Fone 41 3281-2500

“Defesa Civil somos todos nós”

- Lei de Responsabilidade Fiscal. 8) Fundamentos da Lei Complementar 101/2000: Avaliação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. 9) Gestão de Riscos no Orçamento: Fundamentos da Gestão de Riscos; Principais abordagens: COSO ERM, ISO 31.000. 10) Identificação, análise, classificação e mitigação de riscos. 11) Fases do Orçamento Público: Fase de Execução do Orçamento Público; Identificação de Riscos; Elaboração da Matriz de Riscos; Considerações Finais. 12) Mapa de Riscos da Governança do Orçamento Público.

Demonstração dos Fluxos de Caixa e Balanço Financeiro

- Normas Internacionais de Contabilidade; A DFC como Instrumento para Apresentação das Informações do Caixa e Equivalentes de Caixa; Estrutura;
- Outros Ingressos e Outros Desembolsos (Operacional/Investimento/Financiamento);
- Caixa e Equivalentes de Caixa;
- Transações que refletem em mais de um Fluxo; Transações que parecem refletir em mais de um Fluxo;
- Retenções de Tributos e Consignações; Transferências de Capital; Dação em Pagamento;
- O Balanço Financeiro como Instrumento para Apresentação das Informações Orçamentárias e Financeiras; Estrutura;
- Como elaborar o Balanço Financeiro.

Legislação Tributária

- Introdução à Legislação Tributária - visão geral: Introdução ao estudo da legislação tributária e tipos de tributos (federais, estaduais, municipais e do DF); Regimes de Tributação: Breve explicação sobre os regimes de tributação e tipos de pessoas jurídicas;

Palácio das Araucárias - 1º andar - Setor C | Centro Cívico | Curitiba / PR | CEP 80.530-915
E-mail defesacivil@defesacivil.pr.gov.br | Fone 41 3281-2500

“Defesa Civil somos todos nós”

- Retenções de Tributos na Administração Pública - IRPJ e Tributos Federais: Foco nas retenções de IRPJ, CSSL, Cofins e PIS/PASEP, conforme IN RFB.

Conhecendo os instrumentos de planejamento e orçamento: discutindo o plano plurianual

- Conceitos e as relações entre Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA;
- Visão geral do processo comum de elaboração do PPA para União, Estados e Municípios;
- Elaboração de um PPA e a relação com a LOA para determinação de um gasto público que pode ser realizado.

FACILITADORES:

Paulo Henrique Feijó: Auditor de Finanças do Tesouro Nacional desde 1993, desenvolve atividades de administração e aperfeiçoamento das finanças públicas (gestão do caixa, programação e execução financeira, resultados fiscais e contabilidade do setor público). Foi Coordenador-Geral de Contabilidade da Secretaria de do Tesouro Nacional, sendo o contador responsável pelo Balanço Geral da União e SCS Quadra 6 Bloco A-141 SALAS 204 E 209 – Ed. Presidente – Asa Sul – Brasília/DF CEP 70.327-900 Telefones: (61) 3036-3602, e 3036-3614 Fax: (61) 3036-3624 pela emissão de Normas de Contabilidade para a Federação. É professor da disciplina de Administração Orçamentária e Financeira e Contabilidade Aplicada ao Setor Público e atua na capacitação de gestores públicos em todo o País. Membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon). Participa de missões internacionais a convite do Fundo Monetário Internacional nas áreas de finanças públicas e contabilidade aplicada ao Setor Público.

Edilson Barboza: Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCE ES; Secretário de Estado; Auditor Geral do Estado; Diretor e Presidente de Autarquias Federal e Estadual; Subsecretário de Estado; Assessor

Palácio das Araucárias - 1º andar - Setor C | Centro Cívico | Curitiba / PR | CEP 80.530-915
E-mail defesacivil@defesacivil.pr.gov.br | Fone 41 3281-2500

“Defesa Civil somos todos nós”

Especial de Governos; Membro do Conselho Estadual de Controle Interno; Presidente e Membro de Conselhos de Administração em entidades públicas e privadas; Presidente e Membro de Comissão de Licitações; Gestor de Contratos; Bacharel e Mestre em Ciências Contábeis; Especialista em Administração Pública, Auditoria e Controladoria; Risk Management Leader; Instrutor de Escolas de Contas Públicas e empresas de treinamento/capacitação nas áreas de auditoria, controle interno, orçamento público (PPA, LDO e LOA), Tomada de Contas Especial, folha de pagamento e gestão de riscos; Controlador Interno; Professor de cursos de Pós-Graduação; Coordenador de Comissões Técnicas de Análise da Prestação de Contas do Poder Executivo; Coordenador de consultorias em empresas com atuação nas áreas pública e privada. Pesquisador e articulista.

Leandro Menezes Rodrigues: Contador e Mestre em Contabilidade pela UFPR. Auditor de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR. Possui registro no CRC/PR e CNAI. Atua no Setor Público desde 2001 com experiência nas áreas de execução, controle interno e controle externo. Assessor Técnico do Instituto Rui Barbosa na Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF). Integrante de Grupos de Pesquisa em Governos GEPL/UnB e LOGOS/UFPR. Professor do Curso de Pós-Graduação em CASP da FIPECAFI. Coautor e Coordenador de livros na área pública.

Marcos César Carneiro da Mota: Bacharel em Ciências Contábeis e Direito; Auditor Independente; Especialista em Legislação Tributária; Pós-graduado em Didática do Ensino Superior, Auditoria e Perícia, Direito Tributário e Finanças Públicas. Professor Universitário; Instrutor do CRC/DF, OAB/DF, Consultoria Empresarial, SEBRAE Nacional, SESI/SENAT, SENAI, CONFEA, ABOP. Conferencista de grandes instituições no Brasil, tendo realizado treinamentos em todo o Brasil e em especial no TCU, Conselho de Justiça Federal, ANVISA, TRF, Instituto dos Magistrados do Brasil, Secretaria de Fazenda do Estado do ACRE e Diretor Presidente da APTC – Auditoria Planejamento Tributário e Consultoria S/C.

Stéphano Leite: Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC), lotado no Ministério da Fazenda, na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Coordenação-

Palácio das Araucárias - 1º andar - Setor C | Centro Cívico | Curitiba / PR | CEP 80.530-915
E-mail defesacivil@defesacivil.pr.gov.br | Fone 41 3281-2500

“Defesa Civil somos todos nós”

Geral de Tesouraria (CGTES), desde 2003. Atualmente trabalha na Gerência de Relacionamento com o Sistema Financeiro Nacional (GESFI/CGTES), com funções de monitoramento dos pagamentos e recebimentos da STN por meio do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e acompanhamento da execução de ordens bancárias pela Administração Pública Federal. Autor do livro Suprimento de Fundos – Teoria e Prática da Execução Orçamentária e Financeira no Siafi – 2008, em parceria com o professor Paulo Henrique Feijó – Editora Gestão Pública e Autor do livro Curso de Siafi – uma abordagem prática da execução orçamentária e financeira – Volume II – Suprimento de Fundos – 2014, em parceria com o professor Paulo Henrique Feijó – Editora Gestão Pública. Possui formação em Engenharia Civil, pela Universidade de Brasília (UnB); MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Especialização em Gestão Fiscal.

6. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Por se tratar o objeto de serviço técnico de natureza predominantemente intelectual, com data de início e término definidos, o parcelamento se mostra inviável.

7. Resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

Capacitar e aperfeiçoar os agentes públicos responsáveis pela gestão contábil, orçamentária e financeira da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, resultando em atividades realizadas de forma eficiente e com qualidade.

8. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual

Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

Palácio das Araucárias - 1º andar - Setor C | Centro Cívico | Curitiba / PR | CEP 80.530-915
E-mail defesacivil@defesacivil.pr.gov.br | Fone 41 3281-2500

“Defesa Civil somos todos nós”

9. Contratação correlatas/ou interdependente

A presente contratação não possui correlação ou interdependência com outras contratações no âmbito da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil.

10. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

A contratação observará as orientações e normas de sustentabilidade ambiental, especificadas no artigo 363 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022.

11. Informação complementar

Informo, que o presente protocolo não está instruído com Mapa de Riscos, tendo em vista a baixa complexidade do objeto a ser contratado, nos termos do § 2º, do art. 186, do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

12. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

Conforme dados e informações apresentadas, conclui-se que a contratação é viável, por estar em consonância com os objetivos da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, que institui a política de capacitação de agentes públicos em suas áreas de atuação.

Ademais, os agentes públicos indicados para frequentar o workshop em questão trabalham diretamente na Divisão Administrativa e Financeira desta Coordenadoria e fazem toda a gestão orçamentária e financeira do órgão.

Os temas a serem abordados no referido curso, serão extremamente relevantes para o aprimoramento e desenvolvimento dos conhecimentos técnicos e do aperfeiçoamento das atividades realizadas no setor.

Palácio das Araucárias - 1º andar - Setor C | Centro Cívico | Curitiba / PR | CEP 80.530-915
E-mail defesacivil@defesacivil.pr.gov.br | Fone 41 3281-2500

“Defesa Civil somos todos nós”



DEFESA CIVIL
COORDENADORIA ESTADUAL



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



O Estudo Técnico Preliminar segue aprovado e assinado pela Autoridade máxima do órgão e pelo Chefe da Divisão Administrativa

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Área Requisitante,	Responsável
DAF/CEDEC.	Maj. QOEM PM Daniel Piculski,
	Chefe da DAF/CEDEC.

Palácio das Araucárias - 1º andar - Setor C | Centro Cívico | Curitiba / PR | CEP 80.530-915
E-mail defesacivil@defesacivil.pr.gov.br | Fone 41 3281-2500

“Defesa Civil somos todos nós”